

# O ENFRENTAMENTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE PAULISTA NA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM MICROCEFALIA ZIKA VÍRUS

Kelly Cristina Marques de Lima <sup>1</sup>  
Adlene Silva Arantes <sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde declarou, em novembro de 2015, estado de emergência sanitária nacional devido a um surto em Pernambuco de neonatos com microcefalia, com o registro de 268 casos. O valor é muito superior à média do período 2010- 2014: nove casos por ano. O número cresce de forma alarmante, sugerindo que poderá haver milhares de crianças afetadas. De acordo com o último Informe Epidemiológico sobre Microcefalia, foram registrados 1.761 casos suspeitos de microcefalia, em 422 municípios de 14 unidades da federação. O estado de Pernambuco registrou o maior número de casos (804). Quando passamos a analisar o processo das atuações das Políticas Públicas da educação inclusiva, esse artigo parte dessa premissa da observação reflexiva no ambiente educacional, observando os dados junto ao Departamento da Coordenação de Educação Especial, que nos inspira a formulação do tema em estudo: “Políticas Públicas, Microcefalia Zika Vírus e Inclusão Escolar” ligados a uma intenção e a uma expectativa de atingir a práxis pedagógica satisfatória e a sua primazia. As políticas públicas podem ser compreendidas como as ações que o governo deve realizar e as ações que este consegue realizar. Uma das políticas públicas mais importantes é a que trata da educação da população como um todo, pois como garante a Constituição Federal de 1988, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

O Estado é o responsável por planejar e implantar Políticas Públicas da Educação que visem o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular. Segundo a LDB 9.394/96, título III; Do Direito à Educação e do dever de Educar.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola b) ensino fundamental; c) ensino médio;

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia Faculdade Evangélica Cristo Rei, pós graduada em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva- UPE- Universidade de Pernambuco e Psicopedagogia Clínica e Institucional –Faculdade Única, kcmlm2812@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de XXXXX da Universidade Federal - UF, [coautor1@email.com](mailto:coautor1@email.com);

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Inclusão Escolar deve estar sustentada em eixos que bem articulados entre si, que contribuirão para uma evolução da inclusão dos alunos com microcefalia, sua permanência na escola e sua inserção na sociedade efetivamente. Pretende-se analisar a partir das Políticas Públicas a implementação de identificar as práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem dos alunos com microcefalia, superação dos limites e dificuldades cotidianas enfrentadas pela escola, bem como compreender as contribuições da gestão que subsidiam as ações docentes e a interação da família nesse âmbito escolar.

## **METODOLOGIA**

Constitui-se em uma pesquisa de caráter qualitativo, configurado como estudo descritivo, procurando explorar as situações que permitam obter manifestações das questões em estudo, numa pesquisa documental que foi o questionário. Fundamentou-se também em documentos legais, municipal, estadual e nacionais. A investigada será Coordenadores de Educação Especial AEE - Atendimento Educacional Especializado. A pesquisa acontecerá na Secretaria de educação do Municipal de Paulista/PE.

Para a realização da análise utilizamos a abordagem qualitativa, a qual propicia uma relação mais próxima entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, onde o pesquisador participa da realidade investigada. De acordo com Richardson (1999, p. 79) “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” e acrescenta que “o método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumento estatístico como base do processo de análise de um problema [...]” (RICHARDSON, 1999, p 79).

Durante esta pesquisa de campo foram realizadas perguntas dentro de uma questionário da práticas docente do sujeito em questão. Conforme Chizzote (1998, p. 55), “[...] o questionário consiste num conjunto de questões pré-elaborados, sistemática e sequencialmente dispostos em item que constituem o tema da pesquisa”. O questionário que utilizamos foi constituído de 8 questões abertas.

Minayo (2012) se refere ao verbo compreender como a principal ação em pesquisa qualitativa, em que questões como a singularidade do indivíduo, sua experiência e vivência no âmbito de grupo e da coletividade ao qual pertence, são fundamentais para contextualizar a realidade na qual está inserido.

Esta pesquisa teve como base principal o questionário, porém também teve como informações enriquecedoras a utilização de uma tabela descrevendo os casos prováveis e incidência de Zika no estado na região nordeste e o uso de gráficos demonstrando a distribuição do caso de Zika ocorridos no estado de Pernambuco para enriquecer as informações descritas e discutidas presentes neste artigo. A escolha desses instrumentos deu-se em função dos mesmos possibilitar um aprofundamento na coleta de dados, para registrar e

examinar fatos. Pretendeu-se, com esse instrumento, a obtenção de informações importantes e compreensão das experiências dos envolvidos, tornando a pesquisa mais completa.

## DESENVOLVIMENTO

### A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Tem-se a Declaração de Salamanca (1994) como marco e início da caminhada para a Educação Inclusiva. A inclusão é um processo educacional através do qual todos os alunos, incluído, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular. Frente a esse compromisso, foi natural que profissionais se mobilizassem a fim de promover o objetivo da Educação para Todos, examinando as mudanças fundamentais e políticas necessárias para desenvolver a abordagem da Educação Inclusiva, nomeadamente, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994). Ainda segundo a declaração:

A mesma linha está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, de 1996), que consiste na responsabilidade do poder público, matrícula preferencial na rede regular de ensino, apoio especializado necessários. Essa referencia ao papel central da escola comum é reforçada pela adesão do governo brasileiro à Declaração de Salamanca (1994). Atualmente, em âmbito internacional, o movimento da escola inclusiva ganhou força após a Declaração de Salamanca (1994) que preconiza a escola para todos, sem discriminação, em ambiente integrado. O movimento desaconselha a segregação de alunos com necessidades especiais em instituições especializadas e defende que o sistema educacional deve organizar-se de tal modo, que inclua e dê respostas educacionais adequadas a todos seus alunos, inclusive os portadores de necessidades educacionais especiais.

Na atualidade, o discurso internacional protagonizado por organismos internacionais, como a UNESCO, afirma a necessidade da inclusão escolar. Tal discurso inclusivo tem influenciado as políticas educacionais no Brasil, principalmente a partir dos anos 2000. Os documentos legais no país defendem a educação especial a partir de uma perspectiva inclusiva, desde a Constituição Federal, Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB) e outros documentos do Ministério da Educação (MEC) (MAGALHÃES e CARDOSO, 2011).

Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele!

A inclusão questiona as políticas e a organização da educação especial e regular e, também, o conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular. A distinção entre inclusão e integração

esclarece que as escolas precisam passar por uma transformação, para que possam acolher todos os alunos em diferentes níveis de ensino (MATOAN, 2006).

As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. (MATOAN, 2006).

As políticas de inclusão vêm sendo discutidas nos últimos anos na esfera das políticas públicas, principalmente nos aspectos sócio – educacional, entretanto a Educação Especial constituindo de modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realizando o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

A Segundo Azevedo (2008), as políticas públicas que guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve de si mesma e a terceira dimensão é o aprofundamento da intervenção do Estado na sociedade, que tem sido alvo de questionamentos teóricos e práticos; por meio de uma contextualização histórica, a autora procura mostrar como o Estado se comporta com graus diferentes de intervenção ao longo do tempo, mediante as crises sociais, econômicas e ambientais que vêm ocorrendo e que influenciam as formas de organização sociopolítica do século XX.

Assim, as políticas públicas configuram os modos de articulação entre o Estado e a sociedade, apresentando-se plural por causa das diferentes abordagens teórico-metodológicas, que lhe servem de suporte. Apesar das políticas, planos, ações e programas desenvolvidos nos últimos anos, voltados para a educação especial na perspectiva inclusiva, os desafios em torno dessa modalidade persistem. Há a necessidade de uma maior intervenção do governo federal mediante a ampliação das ações e investimentos públicos na área, da ampliação do acesso dos educandos com necessidades especiais às escolas, formação de profissionais qualificados e promoção dos recursos necessários para as instituições educacionais. A microcefalia pode ser efeito de uma série de fatores de diferentes origens, como substâncias químicas e infecciosas, além de bactérias, vírus e radiação. Ela não tem uma única causa. Alguns exemplos são o vírus da rubéola, citomegalovírus, herpes, a toxoplasmose e alguns estágios da sífilis. Ela tem sido bastante associada também ao Zika Vírus, uma arbovirose transmitida pelo mosquito *Aedes Aegypti*.

O aumento das notificações de casos de microcefalia em Pernambuco, Brasil, e no Nordeste caracterizou uma epidemia que levou o Ministério da Saúde a decretar emergência nacional de saúde pública. Inicialmente, o Ministério da Saúde definiu como suspeitos recém-nascidos de 37 semanas ou mais de idade gestacional (IG) e com perímetro cefálico (PC) 33cm, tendo, em dezembro de 2015, reduzido essa medida para 32cm. O rápido aumento do número de casos suspeitos de microcefalia em recém-nascidos vivos, a partir de agosto de 2015, em Pernambuco, Nordeste do Brasil, chamou atenção dos médicos dos sistemas público e privado de saúde do estado. Desse modo, percebe-se que as crianças com microcefalia necessitam de atenção e cuidados específicos que de acordo com Fonseca (1995): É importante preparar também os alunos das escolas regulares, a fim de que não olhem os portadores de deficiência como aberrações, mas sim como pessoas, seres humanos dotados de capacidades limitadas, mas que possuem coração, coragem, competência, dignidade e paciência.

Pretende-se analisar a partir das Políticas Públicas a implementação desta escola pública da rede municipal de identificar as práticas pedagógicas que favoreçam a

aprendizagem dos alunos com microcefalia, superação dos limites e dificuldades cotidianas enfrentadas pela escola, bem como compreender as contribuições da gestão que subsidiam as ações docentes e a interação da família nesse âmbito. Infelizmente, percebe-se claramente que em pleno século XXI, a sociedade vive impregnada de valores tradicionalistas dos séculos passados, usando um discurso de aceitação muito superficial.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A microcefalia não é considerada uma doença nova, ela ganhou notoriedade nos últimos tempos devido ao surto provocado pelo Vírus Zika, que é transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. Os dispositivos encontrados evidenciam que o Estado juntamente com a família, a comunidade e a sociedade têm o dever de assegurar a proteção dos direitos sociais aos microcefálicos.

A Secretária de Educação da cidade do Paulista atende duas crianças um menino com 03 anos na Creche Jesus de Nazaré no Grupo – 3, com 2 (dois) apoios um pela manhã e outro à tarde, sendo acompanhado pela professora do AEE (02) duas vezes por semana. Horário da creche 7:30hs às 17hs. E uma menina com 08 anos na Escola Carlos Drummond no 2º ano horário Manhã com 1 (um) apoio, sendo acompanhado pela professora do AEE (02) duas vezes na semana, no contra turno. Horário escolar 7:30hs às 11:40hs. De acordo com a coordenadora de Educação Especial Bernadete de Lacerda Brandão da Prefeitura do Paulista, “a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um documento importante apresentado em 2008 pelo governo federal, através do Ministério da Educação, com o objetivo de constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. Pois é preciso garantir o direito e a permanência dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares de ensino”.

Afirma a coordenadora que a secretaria de educação “desenvolve formações continuadas uma vez no mês para os professores do AEE e os apoios recebem formações bimestralmente, assim os apoios tendo orientações também dos professores do AEE”. Segundo a coordenadora “os professores (as) do AEE em suas atribuições realizam atividades dependendo das especificidades de cada aluno. Esse atendimento deve ocorrer no contra turno escolar e irá beneficiar tanto o aluno quanto o professor da sala de aula comum. O especialista do AEE faz a ponte entre o aluno e o professor da sala de aula comum, permitindo uma troca de experiência que contribua nesse processo educacional e em todo o contexto escolar, bem como a inserção na sociedade”. Os principais fatores a serem considerados dentro da inclusão deve-se “considerar a identidade da criança com deficiência, pois o mesmo não estará se construindo, apenas no seio familiar, e sim em conjunto escolar, ou seja, buscar compreender o papel do ser humano na sociedade ao pautar uma reflexão acerca da formação do indivíduo, voltados à humanização, individualidade e a particularidade de cada pessoa. Os serviços ao AEE seguem com um apoio e orientar as famílias, faz anamnésia do aluno, tem acompanhamento e elabora materiais adaptados”. Segundo a coordenadora “os principais objetivos da prefeitura em relação ao aluno com microcefalia e que todas as atividades desenvolvidas sejam voltadas para assegurar a permanência da criança na escola”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notou-se que é de extrema relevância, continuar a discutir sobre a microcefalia ampliando os conhecimentos sobre os posicionamentos que a Secretaria de educação da Cidade de Paulista, através da coordenadora da educação infantil. Do ponto de vista de pesquisadora afirmo que esse artigo teve grande ênfase nos meus conhecimentos através de todo o processo de pesquisa, entrevista e questionário realizados durante todo o período de pesquisa e coleta de dados. Sabe-se que todo este processo educacional que envolve as crianças com microcefalia ainda apresenta muita falha e falta de apoio, pois quando a auxiliar de desenvolvimento não pode se apresentar as trabalho, a criança com microcefalia não pode comparecer a creche ou escola a qual esteja matriculada, pois não há pessoas habilitadas a estar com essas crianças. Concluímos afirmando que a Secretaria de educação da cidade de Paulista, realiza um bom atendimento e apoio as crianças com microcefalia.

**Palavras-chave:** Microcefalia Zika Vírus; Políticas Públicas; Inclusão Escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A educação como Política Pública**. 3 ed. Campinas: Autores associados, 2008. 79p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DRUMMOND JP, Silva E. **Medicina baseada em evidências**. Novo paradigma assistencial e pedagógico. **Rio de Janeiro: Atheneu; 1998**.

FONSECA, **Vitor da. Educação Especial - Programa de estimulação precoce** - Uma introdução às idéias de Feuerstein / Vitor da Fonseca - 2. ed. Ver. Aumentada - Porto Alegre:

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. 2 ed. São Paulo. Moderna, 2006. (Cotidiano escolar: ação docente).

MINAYO MCS. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva. 2012;17(3):621-626.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Centro de operações de emergências em saúde pública sobre microcefalias**. Informe epidemiológico nº 11 – Semana Epidemiológica (SE) 04/2016 (24 a 30/01/2016). Monitoramento dos casos de microcefalia no Brasil. 2016.

REIS, Raquel Pitchon dos. **Aumento dos casos de microcefalia no Brasil**. Rev Med Minas Gerais 2015; 25 (Supl 6): S88-S91

RICHARDSON, R. J. (et al). **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Athas, 1999.

SECRETARIA ESTADUAL de Saúde de Pernambuco. **Protocolo Clínico e Epidemiológico para investigação de casos de microcefalia no estado de Pernambuco**. Versão N° 02 [Internet]. Pernambuco: Secretaria Estadual de Saúde; 2015 [acesso em: 31 mar. 2016].

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. [Adotada pela Conferencia Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994